

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 16 de março de 2001

Ano 3 Nº 49

Agostini retorna à presidência da Assembléia

Ministro do Superior Tribunal de Justiça restitui a Agostini o direito ao posto de presidente do Poder

Em rápida solenidade, ocorrida às 14 horas desta quarta-feira (14), o deputado Onofre Santo Agostini (PFL) retornou à presidência da Assembléia. O parlamentar, que havia sido eleito por 20 votos no último dia 16 de fevereiro e que teve seu mandato suspenso por força de liminar do Tribunal de Justiça, voltou a presidir o Poder Legislativo devido à decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que suspendeu o ato da Justiça catarinense. O ministro do STJ Paulo Costa Leite considerou a eleição uma questão interna corporis do Poder Legislativo. Agostini preferiu não comentar essa decisão, mas garantiu que

sempre confiou na Justiça.

Em seu pronunciamento, Agostini fez questão de destacar a atuação de Knaesel como presidente, afirmando que ele se preocupou, acima de tudo, em valorizar os parlamentares e tornar transparente as ações do Legislativo perante a sociedade catarinense.



(foto Jonas Lemos Campos)

O cargo foi transmitido pelo deputado Gilmar Knaesel, que estava no comando da Assembléia.

Deputados elegem mesa eclética

Transcorridos cerca de 30 dias da eleição do deputado Onofre Santo Agostini (PFL) para a presidência da Assembléia, os 40 parlamentares elegeram nesta quinta-feira (15) os demais integrantes da Mesa do Poder Legislativo: dois vice-presidentes e quatro secretários.

A nova Mesa está assim constituída:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Após muita negociação entre os líderes das bancadas de oposição e governista, foi elaborada uma chapa de consenso, representada por deputados do PMDB, PPB, PT, PL e PTB. O resultado foi a constituição de uma Mesa eclética, na qual a grande maioria dos partidos com bancada na Assembléia estão representados.



(foto Jonas Lemos Campos)

Presidente Onofre e membros da Mesa eleita

Cada candidato foi votado separadamente: Gilmar Knaesel obteve 31 votos; Sandro Tarzan, 23; Manoel Mota, 31; Odete de Jesus, 28; Francisco de Assis, 26 e Ivo Konell, 37.

O deputado Jorginho Mello (PSDB), que havia disputado a presidência com o pefelista Onofre Agostini, absteve-se de reivindicar qualquer outro cargo, ficando, assim, fora da Mesa. Ele e a bancada petista pretendem continuar contestando a eleição de Agostini e esperar a decisão do STJ.

Na próxima terça-feira (20), os líderes voltam a se reunir

para apresentar os nomes dos deputados que irão compor as dez Comissões Técnicas Permanentes, bem como a que partido caberá a presidência de cada Comissão.

OPINIÃO

O SUS está doente



Uma denúncia feita pelo padre José Pereira Kunz, de Braço do Norte, e divulgada por um jornal do Sul do Estado, chamou a nossa atenção. Ele apontava irregularidades no Hospital Santa Teresinha, dizendo ser comum a cobrança por procedimentos médicos e ambulatoriais naquela instituição. Pior ainda, afirmou que os médicos costumam encaminhar seus pacientes para a continuidade do tratamento médico em seus consultórios particulares a fim, é claro, de proceder à dita cobrança.

Nada demais se o hospital citado não fosse conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS), sendo, por isso, obrigado a atender gratuitamente a população. A prática, portanto, constitui-se em um crime. É fraude! É falcaturia!

O caso do Santa Teresinha não é o único e sabemos muito bem disso. A cobrança "complementar" por procedimentos médicos é uma prática que, de tão comum, já quase não surpreende. Mas existe e é ilegal.

Todos temos consciência de que a estrutura de atendimento público à saúde é um caos no Estado, a exemplo do que ocorre em todo o País. Não só pelas maracutaias, mas principalmente porque a maioria dos hospitais públicos não dispõe das condições ideais para atender a população. Na verdade, aí existe uma cruel relação de causa e efeito: as irregularidades são, em grande parte, a causa da absoluta falta de condições do sistema de saúde.

Chegamos ao limite! Nós, do PT, defendemos, sim, o hospital público. Mas um hospital público de qualidade, com administrações honestas e necessariamente acompanhadas de perto por um conselho popular, responsável por apontar as carências da comunidade e também por inspecionar as ações de seus profissionais.

Ficar assistindo a tudo de braços cruzados, sem qualquer reação, é o mesmo que compactuar, ser cúmplice de um grave crime que prejudica milhares de pessoas.

Por isso, tomamos a decisão de solicitar a instalação de uma Comissão Temporária Especial Externa na Alesc, que deverá tratar do assunto. Esta é uma ferida aberta em nossa sociedade e precisamos curá-la com urgência. Muitas vidas dependem disso. Queremos seriedade, e ela terá de existir nem que seja por força de uma investigação minuciosa.

Não podemos, no entanto, correr o risco de desenvolver um processo distanciado da sociedade, a maior interessada em ver este assunto resolvido. Assim, teremos que envolver o maior número possível de pessoas, de dentro e de fora do Legislativo. Vamos promover audiências públicas em todos os municípios que tenham hospitais conveniados com o SUS, inicialmente nos do Sul catarinense e, dependendo da necessidade, em todo o Estado. Sabemos que a luta será grande. Afinal, vamos mexer em uma estrutura cheia de vícios e com pessoas que não pretendem ver reduzidos seus ganhos ilícitos. Mas quem nos conhece, sabe que não somos de desistir!

Deputado José Paulo Serafim (PT)

Precisamos mudar



Existem nos dias atuais muitos casos que devem ser vistos pelas autoridades por parâmetros diferenciados. Ainda mais quando está envolvido o Estado e sendo beneficiadas entidades sem fins lucrativos e que necessitam de auxílio para dar prosseguimento em suas obras. Citamos, por exemplo, a situação de um veículo apreendido em decorrência de prisão de traficantes, oportunidade em que tal bem fica no pátio de delegacias de polícia à disposição da Justiça.

A Justiça tem, numa iniciativa louvável, cedido como fiel depositário esses veículos a conselhos assistenciais e a entidades beneficentes. Ocorre que quando um veículo fica muito tempo retido, no momento da transferência do bem para o nome das entidades há dívida para com o IPVA e multas decorrentes

desse período de retenção, e isso está dificultando todo o trabalho dessas entidades e, por que não dizer, da boa intenção da Justiça.

No decorrer da próxima semana, estaremos apresentando na Assembléia Legislativa um projeto de lei para que os veículos apreendidos que estejam nesse período de hibernação nos pátios das delegacias e forem, por determinação judicial, transferidos a entidades sem fins lucrativos sejam isentos do pagamento do IPVA em atraso e de multas.

Essa é uma forma de podermos aliviar um peso que ainda recai sobre algumas instituições que, apesar de serem beneficiadas com algum bem, sentem-se na obrigação de estar em dia com os seus débitos. Para tanto, precisamos mudar essa situação.

Deputado Antônio Aguiar (PFL)

Mesa Diretora:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
 2º Secretário: Odete de Jesus do Nascimento (PL)
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
 imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
 Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
 Revisão: Margareth Genovez
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
 Distribuição: Setor de Expedição
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

GERAL

Educação a distância da AL é tema de mestrado

Mais de 70 cursos, entre presenciais e a distância, foram ministrados no ano de 2000, com apoio do Sine e da Unidavi

As análises e os resultados dos cursos realizados pela Casa em 2000 vão subsidiar a tese de mestrado de Luciana Merlin, do curso de Engenharia de Produção da UFSC, que participa este ano do TET 2001, um congresso a ser realizado em Praga, na República Tcheca, onde ela vai demonstrar como os órgãos públicos podem aplicar a educação a distância para capacitação de funcionários públicos municipais, estaduais e federais. Os estudos estão sob a responsabilidade da professora doutora Angelise Valladares, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Planejamento e Gestão Estratégica.

Mais de 70 cursos, entre presenciais e a distância, foram ministrados para 2.400 alunos, em 3.300 inscrições, financiados pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A execução coube à Unidavi, de Rio do Sul, e parcerias foram feitas com diversas empresas para premiar os participantes, que aprofundaram seus

conhecimentos nas áreas do Legislativo, de Informática e de Recursos Humanos, sendo incluídos nesta última quatro cursos de idiomas.

Sucesso e planos – Servidores das três esferas não pouparam elogios à iniciativa da Assembléia Legislativa. “Recebemos muitos e-mails elogiando os nossos cursos, que tiveram um público variado. Uma análise positiva foi que no início, o primeiro semestre de 99, por iniciativa do então presidente, deputado Gilmar Knaesel (PPB), grande parte dos professores eram funcionários da Casa, cerca de 30 pessoas, que tinham conhecimentos para passar”, afirmou Pedro Alípio, diretor da Divisão de Recursos Humanos. Ele informou que no segundo semestre o Sine abriu os cursos para o público, e em 2000 foram dados os primeiros passos em relação ao ensino a distância.

Alípio destacou que em 2001 as atividades irão de maio a dezembro, tendo como novidade o ensino fundamental e médio nas modalidades a distância e

A ALESC oferece a você uma oportunidade de crescimento

www.alescnet.sc.gov.br

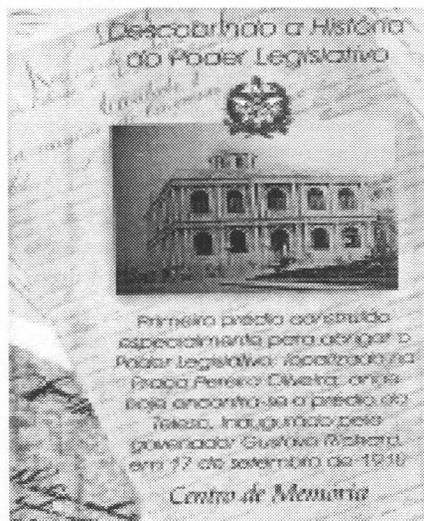
presencial. “Isso vai capacitar os funcionários públicos para os cursos do próximo ano: pós-graduação, especialização e graduação em administração legislativa. Vamos focar os cursos no aprendizado, colocando um coordenador para cada módulo, que vai orientar e motivar o aluno a discernir melhor sobre o assunto. Neste processo, a Internet será muito importante para auxiliar no aprendizado”, concluiu o diretor.

Arquivo centraliza memória do Legislativo

Até meados de década de 80, todos os documentos históricos da Assembléia estavam dispersos por diversas diretorias e divisões existentes no Poder Legislativo. Em 1986 o então presidente, deputado Juarez Furtado (PMDB), decidiu providenciar a coleta desses documentos para facilitar futuras pesquisas que envolvessem a Assembléia Legislativa. Em 1992 toda a documentação passou à responsabilidade da Divisão de Documentação, dirigida pela funcionária Vera Farias.

Em 1995 os deputados Pedro Bittencourt Neto (PFL) e Francisco Küster (PSDB), ao presidirem o Poder, deram condições para que fosse implantado um laboratório de recuperação do acervo documental.

No ano passado, o então presidente Gilmar Knaesel (PPB) criou o Centro de Memória do Legislativo, que hoje é responsável não só pela recuperação dos



documentos como pela catalogação e indexação dos papéis oficiais da Assembléia, exceto os que foram queimados na década de 60 durante o incêndio do prédio que abrigava o Legislativo.

Na opinião da diretora da Divisão de Documentação, o trabalho de catalogação dos documentos é de suma importância. “Temos que catalogar cada um deles, para que os pesquisadores tenham acesso mais rápido e eficiente do material que desejam”, frisou.

Entre os documentos mais antigos e já recuperados encontram-se a Constituição do Estado de 1891; um discurso de Hermann Blumenau solicitando à Assembléia Provincial recursos para trazer imigrantes da Alemanha para a colonização da cidade de Blumenau; a legislação ambiental da segunda metade do século XIX e o dossiê que resultou na cassação do ex-deputado Paulo Stuart Wright pela ditadura militar.

Consta ainda do arquivo toda a documentação relativa às atividades dos primeiros deputados provinciais e as primeiras leis e decretos editados em Santa Catarina.

COMISSÕES

Tensão entre índios e colonos

Projeto de emenda constitucional objetiva garantir aos colonos indenizações sobre as terras desapropriadas pelo governo



(foto Jonas Lemos Campos)

Reunião extraordinária da Comissão de Agricultura

O conflito entre índios e colonos no Oeste, originado pela decisão da Fundação Nacional do Índio - Funai - em demarcar 16 novas reservas naquela região, o que vai resultar na deslocação dos agricultores que cultivavam aquelas terras, provocou uma reunião extraordinária nesta terça-feira (13) da Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), que vai apresentar um projeto de emenda constitucional destinado a garantir aos colonos indenizações sobre as terras desapropriadas pelo governo.

O prefeito de Chapecó, José Fritsch (PT),

destacou que no início do século passado, antes de existir a Funai, inúmeros agricultores colonizaram áreas de terras indígenas sob o beneplácito do Estado, que até hoje não teria reparado esse erro histórico. "Agora a Funai, usando critérios aleatórios, como pagar R\$ 1,20 por pé de

laranja produzido, vem causar esse problema entre os colonos e os índios", comentou.

O representante da Funai em Chapecó, José Renato Padilha, argumentou que em nenhum momento a entidade se transformou em vilã da história, posto que não promoveu o conflito, apenas se limitou a avaliar as benfeitorias realizadas pelos agricultores nas terras indígenas, cabendo à União outros detalhes técnicos, como as indenizações.

O presidente do Conselho Indígena de Caciques de SC e vice-prefeito de Ipuçu, Orides Bolino, enfatizou que a culpa pela tensão na região é exclusiva do governo federal. Alertou que se não for encontrada uma forma pacífica de resolver essa situação, poderá ocorrer conflito armado.

Já o juiz João Batista Lazare, do Ministério Público Federal, esclareceu que a questão não pode ser classificada como judicial, que a solução para o atual impasse será pura e simplesmente política. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, Volmir Sorito, concordou mas advertiu que "a solução deve ser rápida porque a situação é muito séria".

Uma nova audiência pública deve ser convocada para os próximos dias, a fim de que a questão seja aprofundada.

Além de Sopelsa, participaram do encontro os deputados Gerson Sor-gato (PMDB), Afrânio Boppré e João Carlos Serafim (PT), Milton Sander e Nelson Goetten (PPB).

Dias melhores para a suinocultura

Embora o mercado internacional, os países produtores e os consumidores de carne bovina e suína estejam passando por um período de insegurança em função dos focos de febre aftosa e do "mal da vaca louca", que atingem alguns países da Europa, o presidente da Comissão de Agricultura, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), prevê boas perspectivas para a comercialização de carnes nacionais, principalmente a suína. "Acredito que a carne brasileira está sendo vista com mais confiança, pois nos últimos anos tem sido realizado um trabalho sério no controle sanitário dos animais. É uma iniciativa dos governos e, principalmente, dos suinocultores que acreditaram na erradicação das doenças que atingem o rebanho", justifica.

Recentemente, explica o parlamentar, o município de Concórdia recebeu a visita de uma delegação de dinamarqueses em virtude da qualidade do produto catarinense. "Eles ficaram impressionados com o controle sanitário e com o melhoramento genético,

considerando-os um dos melhores do mundo. Pode-se afirmar, com segurança, que a carne suína catarinense mantém um tratamento diferenciado em relação a alguns países desenvolvidos".

Ao mesmo tempo em que acredita no crescimento das exportações, o deputado aguarda um reconhecimento e uma valorização dos governos estadual, federal e das agroindústrias ao produtor. "O nosso produtor precisa ser recompensado de alguma forma, pois foi o principal responsável, nos últimos 30 anos, pelos investimentos no controle da qualidade de seu rebanho", esclarece.

Apesar disso, Sopelsa acredita que os produtores não têm sido valorizados no momento em que vendem seus animais para as indústrias. Cita como exemplo a redução de R\$ 1,30 para R\$ 1,10 no preço do quilo do suíno vivo. "Alguém está levando vantagem, pois não vi essa queda no preço dos produtos da carne suína vendidos ao consumidor."

COMISSÃO

Plantas medicinais em debate na AL

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Estadual Nelson Goetten, realiza no Plenário da Assembléia, nos próximos dias 28 a 30, o *I Encontro da Rede Sulbrasileira Pela Vida - Plantas Mediciniais*.

Segundo Goetten, o grande objetivo deste encontro é a implantação da *Rede Sulbrasileira Pela Vida - Plantas Mediciniais* em Santa Catarina. Este projeto já foi implantado no Rio Grande do Sul, está em implantação no Paraná e envolve um conjunto de instituições para qualificar técnicos e trabalhadores na produção de plantas medicinais, aromáticas e condimentares, contribuindo para um melhor atendimento à saúde da população.

A Rede pela Vida paranaense vem conquistando grandes avanços ao usar a fitoterapia na rede pública de saúde em Curitiba, o que se pretende expandir para todo o estado, informou. "Aqui no Esta-



Deputado Nelson Goetten

do, o grande desafio será movimentar as entidades públicas para o desenvolvimento de uma legislação que incentive este mercado. O Rio Grande do Sul, por exemplo, já colhe o resultado de uma iniciativa como esta, feita no ano passado. Hoje, há vários trabalhos em andamento, o que está aumentando o cultivo de plantas medicinais, um mercado altamente lucrativo", disse Goetten.

Estudos científicos comprovam que

cerca de 85% da população mundial, ou seja, 4 milhões de pessoas, depende das espécies medicinais para tratamento de saúde. A produção destas plantas benéficas não atende à demanda dos países desenvolvidos, abrindo um grande espaço para as regiões exportadoras desses produtos.

"As ervas medicinais também são uma alternativa para substituir a cultura de alguns produtos, como o fumo, que já não é tão compensador para algumas regiões de Santa Catarina, como o Vale do Itajaí", justifica o parlamentar.

"A economia deste mercado rende em média por ano para a China 400 milhões de dólares com a exportação de plantas medicinais. E a Bulgária, um país com área similar ao Estado de Santa Catarina, consegue exportar por ano 16 milhões de dólares em plantas medicinais muito comuns no dia-a-dia de boa parte da população da região Sul, como o caso da espinheira santa no Paraná, a embaúba, em Santa Catarina e a marcela no Rio Grande do Sul", concluiu.

CPI da Sonegação

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a evasão fiscal em todo Estado, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), decidiu nesta semana pela realização de um seminário na Assembléia, durante todo o dia 9 de abril, sobre Legislação Tributária e Fiscalização de Tributos, do qual participarão setores do empresariado, como Fiesc e CDLs, contabilistas e o Sindicato dos Fiscais. "Quando da instalação da CPI, ficou claro que nossa intenção não era apenas investigar casos de sonegação, mas também de apresentar propostas concretas a fim de inibir essa prática", explicou a parlamentar petista, justificando a realização do evento.

Os membros da Comissão buscam viabilizar a instalação de um Disque-Denúncias, a exemplo do que ocorreu com a CPI que investigou o narcotráfico e o crime organizado no Estado, em virtude das muitas denúncias que chegam diariamente ao Legislativo.

Comissão quer discutir atendimento a doentes mentais

O líder da bancada estadual do PPS, deputado Jaime Duarte, apresentou requerimento nesta semana solicitando a constituição de Comissão Especial Externa (CEE) para, no prazo de 90 dias, levantar dados sobre o atendimento ao doente mental em estabelecimentos públicos e privados de saúde no Estado de Santa Catarina e apontar soluções. Se aprovada em Plenário, a Comissão será constituída por cinco parlamentares estaduais.

De acordo com o deputado, a preocupação surgiu após uma visita ao Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, de Joinville, que atende, em média, de sete a oito pacientes com doenças mentais por dia e é o único estabelecimento de saúde da região Norte e Nordeste do Estado que possui uma ala para atendimento psiquiátrico.

Duarte explicou, ainda, que quase

todos os hospitais da rede pública e privada de Santa Catarina não seguem a determinação do Ministério da Saúde de reservar 10% dos leitos existentes para atendimento ao doente mental, mesmo sendo em ambulatórios.

O objetivo da CEE é realizar um levantamento em todo o território catarinense, a começar pelo Hospital Psiquiátrico Colônia Santana, na região da Grande Florianópolis, e, juntamente com dirigentes hospitalares, com representantes da Secretaria da Saúde e da comunidade, propor uma nova forma de atendimento a esses pacientes. "Na maioria dos casos, o doente

mental é tratado como um presidiário, confinado em celas nos hospitais especializados, e isso tem que acabar. Precisamos humanizar seu atendimento, porque se trata de um ser doente e não de um criminoso", concluiu.

"Precisamos humanizar o atendimento desses pacientes, que muitas vezes são tratados como presidiários, pois ficam confinados em celas nos hospitais".

PLENÁRIO

Transparência na propaganda oficial

Em nenhuma propaganda dos atos do Poder Executivo deverá constar nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores do Estado. A medida consta do projeto de lei do deputado Jaime Duarte (PPS), que estabelece critérios para a publicidade oficial de Santa Catarina.

“Na sociedade contemporânea, a mídia tem-se tornado um importante meio de fazer a informação chegar a milhões de pessoas em segundos”, declarou o deputado, lembrando que quem a utiliza, dependendo de seus interesses, tem o poder de democratizar ou concentrar informações, assim como de formar opinião.

Duarte afirmou que praticamente em todo o País, quando se trata de propaganda de órgãos governamentais, alardeia-se mais os nomes dos governantes de plantão do que as instituições e os programas desenvolvidos.

Segundo ele, é preciso acabar com essa prática e dar transparência aos gastos nessa área, que, além de não serem pequenos, são feitos com dinheiro público”.



Deputado Jaime Duarte

O projeto estabelece, ainda, que na publicidade oficial nos jornais deverá constar o custo para os cofres públicos do Estado, bem como o número de exemplares da tiragem. O não-cumprimento da medida caracterizará prática de crime de responsabilidade, conforme prevê a proposta do deputado, que já foi lida em Plenário e segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça, onde será analisada.

Governador vai à Rússia

Aprovado nesta semana o projeto de decreto-legislativo autorizando o governador Esperidião Amin a se ausentar do Estado no período de 18 a 31 deste mês. Seu destino é a Rússia, onde irá assinar convênios e outros atos administrativos em benefício da economia catarinense. Apenas a bancada do PT se absteve de votar, argumentando que somente participará do processo legislativo após a eleição da nova Mesa do Poder.

Pesca de manjuba

Tendo em vista a preocupação do Sintrapesca, da Federação de Pescadores e das colônias de pescadores com a pesca de manjuba e de sardinha no litoral catarinense, foi enviado requerimento ao ministro da Agricultura, Pratin de Moraes, e ao superintendente do Ibama, Luiz Antônio Martins, de autoria do deputado Adenor Vieira (PMDB), solicitando a revogação da Portaria nº 043, de 15/09/1983, que autoriza a captura de manjubas (*sardinella brasiliense*) de qualquer tamanho para servir de isca-viva à frota atuneira, enquanto os pescadores são obrigados, por determinação do Ibama, a capturar sardinhas com medidas superior a 17 centímetros e respeitar os períodos de defeso de três meses por ano.

Novo prédio para colégio em Caçador

O Colégio Estadual Irmão Léo, de Caçador, que atualmente funciona em prédio alugado e em condições precárias, em breve ganhará seu próprio e moderno prédio. O governador Esperidião Amin sancionou lei autorizando o Estado a adquirir o terreno para a construção daquele estabelecimento de ensino.

Na prática, fica transformada em lei a proposta do deputado Reno Caramori (PPB), já que foi ele quem encaminhou essa reivindicação ao Governo do Estado através da Assembléia Legislativa. O parlamentar também manteve contato com as autoridades estaduais visando ao atendimento do pedido o mais rápido possível. Com um ensino reconhecidamente de qualidade, o colégio poderá, assim, expandir e melhorar o sistema de educação da região.

Contratação de parentes

Desde o início do mês tramita na Casa o projeto de lei do deputado Paulo Bornhausen (PFL) que determina que a nomeação de cônjuge e parentes, até terceiro grau, ou por adoção, por agentes políticos depende de aprovação da Assembléia Legislativa ou das Câmaras de Vereadores. Levando-se em conta que o tema é considerado problemático para os administradores públicos, o parlamentar deseja com essa proposta aprofundar a discussão sobre o assunto, pois muitos candidatos a cargos possuem qualificação para exercê-los. “Como é feito no âmbito da União, os indicados para

cargos nos três Poderes, na administração direta e indireta, no Tribunal de Contas, no Ministério Público e em órgãos correlatos comparecem a audiências públicas para serem sabatinados”.

Bornhausen espera gerar uma discussão com a participação de toda a sociedade, regulamentando a questão e contribuindo com a administração pública e os partidos políticos. Ele acredita que o esclarecimento desta questão vai auxiliar os políticos que faziam parte da oposição e atualmente estão no governo, muitos deles envolvidos em denúncias e dúvidas sobre a contratação de parentes.

Transporte escolar

Medidas urgentes no sentido de equacionar a grave questão do transporte escolar no Oeste do Estado estão sendo cobradas pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB) à secretária da Educação. Em 16 de fevereiro passado, representantes de 50 municípios da região reuniram-se em Chapecó para discutir o assunto, quando formaram uma comissão para negociar com o governo uma solução para o caso, já que estes municípios não assumiram o compromisso de transportar os

alunos matriculados na rede estadual de ensino, pois entendem que a responsabilidade é do governo estadual.

Prodetur - Ao governador, Nadal solicita o reexame do exíguo valor de US\$ 4,3 milhões destinados ao "Roteiro Caminhos do Oeste", dentre os US\$ 143 milhões que Santa Catarina receberá do Prodetur. O deputado entende que a pujança da região oestina demanda um valor mais substancial e proporcional à contribuição que dá ao desenvolvimento estadual.

Banco da Terra

O deputado Francisco de Assis (PT) encaminhou ao governo do Estado pedido de informação sobre quantas famílias em Santa Catarina receberam créditos ou títulos de terra através dos programas Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário. Quer saber, ainda, os nomes dos contemplados, os municípios onde moram e os valores repassados a cada família.

Eletrificação urbana e rural

Em virtude da carência no fornecimento de energia elétrica para Xaxim, o deputado Gelson Sorgato (PMDB) encaminhou mensagem ao governador do Estado e ao presidente da Celesc solicitando auxílio urgente para a

ampliação das redes de eletrificação urbana e rural do município.

Para a direção da hidrelétrica de Xanxerê, pede a ampliação das redes de eletrificação, uma vez que Xaxim necessita da extensão de pontas de redes.

Renda mínima e bolsa-escola

A deputada Ideli Salvatti (PT) requer a realização de sessão especial no dia 2 de abril de 2001, das 14 às 18 horas, no Plenário, para um debate sobre os "Programas de Renda Mínima e Bolsa-Escola", com a participação do senador paulista Eduardo Suplicy (PT), de representante do governo do Estado e de representantes de prefeituras municipais que possuem programas de renda mínima e/ou bolsa-escola.

Hospital Amigo da Criança

O deputado Joares Ponticelli (PPB) enviou mensagem à presidente da Associação das Voluntárias da Maternidade do Hospital Nossa Senhora da Conceição (Avoma) Dione Meneghel, de Tubarão, parabeniza todo integrante da entidade pelo prêmio "Hospital Amigo da Criança", dado pela Unicef/Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde.

À diretora-geral do hospital, irmã Enedina Sachetti, enviou cumprimentos pelo prêmio recebido no dia 15 deste mês em decorrência da construção do moderno centro infantil.

Proposições

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao diretor-geral do DER solicitando a colocação de olho-de-gato na SC-303 que liga Piratuba a Joaçaba, passando por Capinzal e Lacerdópolis.

Ideli Salvatti (PT) ao governador do Estado solicitando informações referente aos funcionários da Fatma. Quer tomar conhecimento da relação dos nomes do quadro pessoal do órgão, com menção do local de lotação, cargo ocupado e carga horária.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador pedindo auxílio à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - do município de Ponte Serrada, para que a entidade possa dar continuidade às obras de construção de sua sede.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao ministro do Meio Ambiente pedindo a reabertura do posto do Ibama no município de Três Barras.

Deputado Romildo Titon (PMDB) ao presidente da Brasil Telecom S.A. sugerindo adoção de providências para a abertura de posto de atendimento ao consumidor da Brasil Telecom no município de Curitiba.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador, ao secretário da Agricultura e ao presidente da Cidasc solicitando medidas que viabilizem o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores originários da secretaria da Agricultura à disposição da Cidasc.

Deputado Valmir Comin (PPB) à secretária da Família, pedindo que seja construído em Içara o Centro do Dia, que vai servir como creche aos idosos daquela comunidade.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao diretor da Sociedade de Assistência Social dos Trabalhadores do Carvão (SATC), Iraídes Piavesan, cumprimentando-o pela nova estrutura da entidade.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao governador do Estado, ao secretário dos Transportes e ao diretor-geral do DER cumprimentando-os pela inauguração da pavimentação asfáltica do contorno de Xanxerê, SC-480, Rodovia Wilson Pedro Kleinübing.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) aos os prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Xaxim e Xanxerê cumprimentando-os pela passagem da data comemorativa de emancipação político-administrativa daqueles municípios.

Incentivo ao esporte amador

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB) apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a conceder redução de ICMS aos contribuintes que promoverem atividades de incentivo ao esporte amador. A redução prevista é de até 7% sobre as operações realizadas durante o período das competições. "O incentivo ao esporte amador vai criar condições para que as entidades, clubes e organizações possam buscar patrocínios com aos empresários, comerciantes e pessoas interessadas no desenvolvimento dessa categoria", justifica.

A proposta prevê que o incentivo seja aplicado sobre os valores correspondentes aos aplicados em doações ou patrocínios dos eventos amadores em Santa Catarina. O parlamentar entende que a falta de patrocinadores ainda é a principal causa da decadência do esporte amador brasileiro. "O quadro é preocupante, pois a omissão do Poder Público aliada a ausência de estímulos pode significar o término dos campeonatos regionais em diversas modalidades", lamenta.

Caberá à secretária da Fazenda a concessão do incentivo fiscal aos contribuintes.

ESPECIAL

Sessão solene nos 150 anos de Joinville

(foto Solon Soares)

Através de requerimento do deputado Adelor Vieira (PMDB), a Assembléia realizou no último dia 9, no salão de eventos do Patheron Prinz Hotel, em Joinville, sessão solene em homenagem aos 150 anos de fundação do município. A sessão, coordenada pelo presidente Gilmar Knaesel (PPB), foi prestigiada por um grande número de pessoas, entre elas diversos deputados estaduais e federais; o prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira (PMDB); o governador Esperidião



Deputado Adelor Vieira entrega troféu ao ex-deputado Raulino Rosskamp

Amin (PPB), prefeitos e vereadores da região; o presidente do Instituto Joinville 150 anos, Udo Döhler; e o Cônsul de Portugal para o Paraná e Santa Catarina, Jorge de Sampaio.

Em seu pronunciamento, Adelor disse que a sessão era uma homenagem justa que o Legislativo prestava a um dos principais municípios do Sul do País, conhecido por seu amplo parque industrial diversificado, com 1.250 indústrias, que geram 56 mil empregos, sendo também responsável por 15% da exportação catarinense.

Os demais deputados de Joinville - Francisco de Assis (PT), Jaime Duarte (PPS), Nilson Gonçalves (PFL) e João Rosa (PTB) - lembraram os pioneiros da colonização e agradeceram a todas as pessoas que contribuem para o desenvolvimento do município.

O governador Amin não poupou elogios à solenidade, lembrando as sessões semelhantes realizadas em

Lages e Blumenau. "Independente das circunstâncias partidárias, este será o evento estadual mais expressivo dos catarinenses ao povo de Joinville - uma sessão ao mesmo tempo singela e expressiva."

trois históricos do município.

Ao final da sessão solene, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou um selo, uma medalha e dois cartões postais comemorativos ao sesquicentenário de Joinville.

Homenageados

Adhemar Garcia Filho
Carlito Merss
Carlos Gomes de Oliveira
Dário Geraldo Sales*
Eni José Voltolini
Ernesto Canac*
Geovah Amarante
Gustavo Adolfo Richlin*
Hans Jordan*
Hermann Augusto Lepper*
Ingeborg Colin Barbosa Lima
Ivan José Rodrigues*
João Gaspar da Rosa
João Herbert Colin*

João Norberto Coelho Neto
José Gonçalves*
Livradário Nóbrega
Luiz Henrique da Silveira
Marinho de Sousa Lobo*
Mario de Sousa Lobo*
Max João Colin*
Miraci Deretti
Nagi Zattar*
Osni Piske
Oto Augusto Guilherme Urban*
Paulo Roberto Bauer
Pedro Ivo Figueiredo de Campos*
Pedro Paulo Hings Colin
Plácido Gomes de Oliveira*
Plácido Olímpio de Oliveira*
Raulino Rosskamp
Rodrigo de Oliveira Lobo*
Sérgio de Souza Silva
Tupi Barreto*
Wittich Freitag*

* in memoriam

Agenda

Dia 19, às 19h - Lançamento do livro "Jorge, Homem Imortal", de Dolly Neder.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 20, às 20h - Sessão solene em comemoração ao centenário de nascimento de Antonieta de Barros, requerida pela deputada Ideli Salvatti (PT).

Local: Plenário

Dia 20, às 9h - Depoimento de Luiz Ayr na CPI da Sonegação.

Local: Sala da Comissão